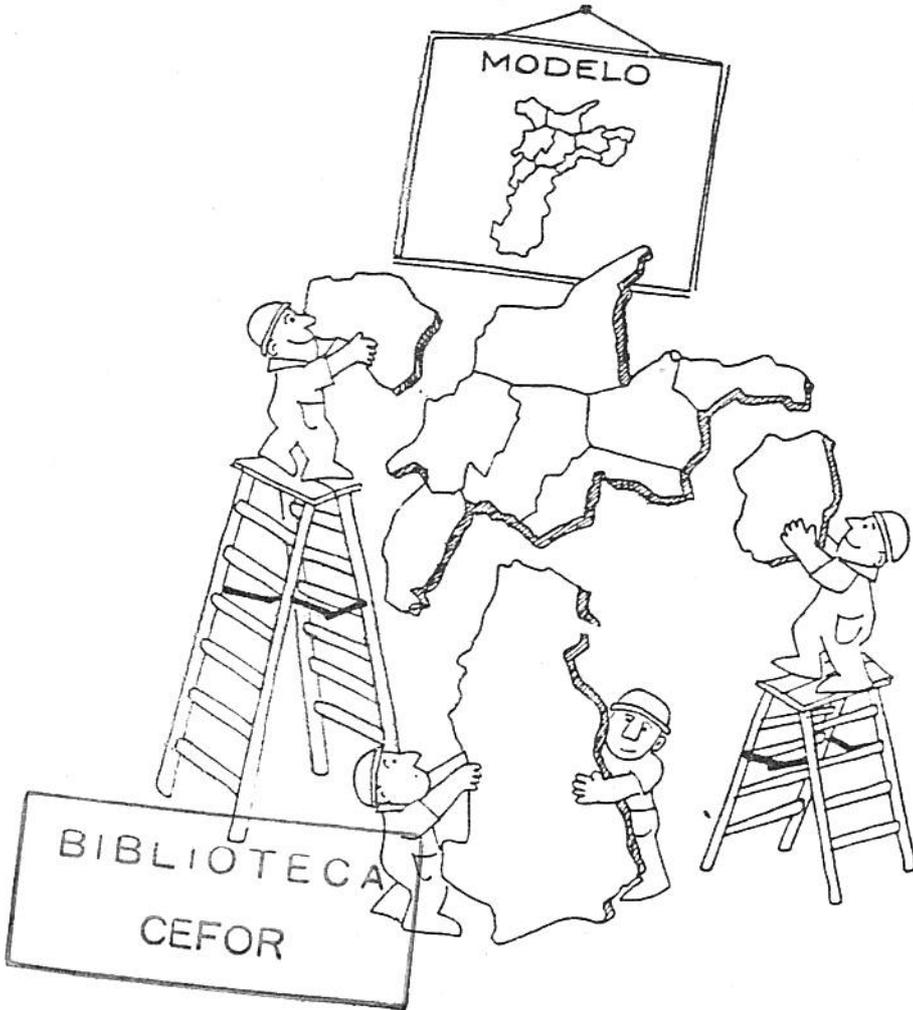


# I CONF MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO RESOLUÇÕES

S241rs

ex.2



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

## DELIBERAÇÃO

A I Conferência Municipal de Saúde, promovida pelo Conselho Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal da Saúde, foi realizada nos dias 24, 25 e 26 de agosto de 1990, no Anhembi, São Paulo.

O evento contou com a presença de 1.113 participantes, sendo 311 representantes de usuários (Movimentos Populares, Sindicatos de Trabalhadores, CUT, CGT, Pastoral de Saúde, Associação de Doentes e Deficientes, Partidos Políticos); 479 representantes dos trabalhadores municipais, estaduais e federais da área da Saúde (Sindicatos, Conselhos Regionais, Associações) e produtores de Serviços de Saúde (SINAMGE, SINDHOSP), 293 representantes do Poder Público (Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria de Estado da Saúde, Universidade) e convidados representando diversas instituições.

Esta Conferência foi um marco importante para a implantação do Sistema Único em São Paulo, definindo a estratégia da municipalização dos Serviços de Saúde na Capital e traçando as diretrizes do novo modelo de assistência à Saúde.

O grande número de participantes, representando os diversos segmentos da sociedade envolvidos com a questão da saúde, com marcante atuação na realização da I Conferência, reflete o acerto da política de democratização adotada nesta Secretaria, o que foi reforçado nas deliberações apresentadas a seguir.

Por fim esta Conferência representou uma importante contribuição na preparação da 9ª Conferência Nacional de Saúde.

### A ATENÇÃO À SAÚDE NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

O tema foi apresentado no Painel nº 1 e debatido posteriormente nas mini-plenárias as questões abordadas. No final as conclusões foram aprovadas na Plenária Geral.

A violência é um problema para a população, sendo um reflexo do Estado brasileiro que a marginaliza. Ela se dá nas condições violentas de vida e de trabalho. Nessa medida é vista sob o ângulo de classe social. A violência está manifesta nas condições de educação, saneamento básico, transporte, lazer, educação, alimentação e degradação do meio físico e ambiental. Ela se manifesta também de forma diferente para diferentes grupos.

- A mulher sofre diferentes formas de violência dado o seu papel social, e quando negra é duplamente violentada: pelo sexo e pela raça.
- Os espaços urbanos, os equipamentos sociais não são construídos de forma a atender as condições dos deficientes físicos.

- Os doentes mentais sofrem a violência da discriminação da sociedade e a violência das instituições de saúde (Hospitais Psiquiátricos).
- As crianças sofrem a violência dos adultos.
- A sociedade marginaliza os idosos quando não prevê espaços e atividades adequadas para eles.
- No âmbito do setor de saúde, o usuário é encaminhado de um lado para outro, não encontra tratamento adequado, não tem onde se queixar do serviço. Os funcionários, com baixos salários, fazem dupla jornada de trabalho, nem sempre têm formação específica ou passam por reciclagem.



**Estas violências descritas, aparecem no modo conflituoso de relacionamento entre funcionários e usuários.**

O poder público, por outro lado, não visa as necessidades da maior parte da população. Suas políticas, feitas segundo interesse da classe que lhe dá sustentação, terminam por ser uma violência sobre as classes trabalhadoras.

O setor saúde não pode sozinho enfrentar o problema da violência, pois esta depende de mudanças estruturais mais amplas.

Esta Administração pode propor e se aprovada, executar política descentralizadora, de aprofundamento do poder local e integradora de seus diferentes setores.

## PROPOSTAS NO ÂMBITO DO SETOR DE SAÚDE GERAIS

- Que se fortaleça o setor público da saúde e que este passe a controlar o setor privado.
- Que se acelere a implantação dos Distritos de Saúde.
- Que o SMS crie um sistema de informações à população.

As informações a serem dadas são as de ordem financeira, administrativa, técnica, epidemiológica e Recursos Humanos, com linguagem acessível.



### Modelo de Atenção à Saúde

- Que se implante um modelo de atenção à saúde e que este contemple:
  1. A ampliação e extensão dos serviços de saúde, facilitando o acesso.
  2. A organização de programas com abordagem epidemiológica, interdisciplinar, com ênfase nas ações coletivas.
  3. A aferição da qualidade dos serviços prestados, com instrumentos adequados.
  4. Um diagnóstico epidemiológico da violência, destacando:
    - a) o item raça e sexo, a análise da mortalidade materna e a proposta de intervenções específicas.
  5. A mortalidade infantil com ênfase na que se dá por lesões ao nascer...
  6. A extinção dos hospitais psiquiátricos com a criação de Hospital-Dia, Lares Abrigados e a criação de mais Centros de Convivência.
  7. A implantação do modelo de Hospital Aberto (todo paciente internado poderá ter um acompanhante ao seu lado durante as 24 horas do dia), em todos os hospitais da rede municipal.
  8. A vigilância epidemiológica.

## **Recursos Humanos**

- Que se crie um plano de carreira, cargos e salários para todos os funcionários com isonomia salarial e de carga horária.
- Que se invista continuamente na formação e reciclagem dos trabalhadores da saúde.
- Que se exija o cumprimento da carga horária contratada de todos os trabalhadores, independente do grau de escolaridade.

## **MUNICIPALIZAÇÃO**

- Que se divulgue as propostas de municipalização existentes, e sua discussão envolva além dos representantes das instituições, os trabalhadores da saúde e a população.

## **No âmbito da Administração Municipal**

- Que se acelere a aplicabilidade das leis do município e que a administração municipal encaminhe a reforma administrativa, criando as subprefeituras com os Conselhos Locais Populares.
- Que a discussão sobre as condições violentas de vida e seu enfrentamento tenham continuidade numa conferência intersectorial da administração.
- Que 15% do Orçamento Municipal para o ano de 1991 sejam dirigidos à saúde.
- Que se passe à administração municipal a competência para realizar o saneamento básico.

## **Recomendação Especial**

- Que se amplie a participação da população organizada em todos os níveis de serviços: Comissões Tripartites de Gestão, Plenária Municipal de Saúde e Conselho Municipal de Saúde.

## **O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E A MUNICIPALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: PARTICIPAÇÃO POPULAR, GERENCIAMENTO, FINANCIAMENTO E RECURSOS HUMANOS.**

Os temas foram apresentados no painel nº 2 e debatidos em mini-plenárias, sendo que o presente relatório expressa o conteúdo das discussões dos grupos e as deliberações da plenária, acerca de cada tema:

## 1. PARTICIPAÇÃO POPULAR:

A importância da participação popular foi destacada por ser um processo de lutas e de conquista de espaço.

Os avanços recentes na área da Saúde, a exemplo do capítulo saúde no texto constitucional e a lei orgânica municipal, decorreram da participação e mobilização popular. Isto se expressa na organização da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo pela criação de foros de participação e decisão, tais como, o Conselho Municipal de Saúde e as Comissões Gestoras Tripartites. Ressaltou-se a importância dessa forma de organização para permitir que a população exerça um maior controle e fiscalização sobre os serviços.

Neste sentido, enfatizou-se o incentivo à participação nas Comissões Tripartites, na Plenária e no Conselho Municipal de Saúde. Em relação a este último, definiu-se que tem um papel de deliberação sobre a política de saúde do município e que deveria incorporar as atribuições da atual CIMS (Comissão Interinstitucional Municipal de Saúde).

Sugeriu-se que a 2ª Conferência Municipal de Saúde se realize em março/abril de 1991, sendo eleito neste foro o próximo Conselho Municipal de Saúde.



Como o atual projeto de Lei Orgânica da Saúde assegura que 50% dos participantes nos Conselhos sejam representantes dos usuários, delegou-se à Plenária do Conselho Municipal de Saúde a ampliação da participação popular e a adequação de sua atual estrutura.

Reivindicou-se a instalação imediata do Conselho Estadual de Saúde cumprindo as deliberações da Constituição Estadual.

No que diz respeito às comissões gestoras tripartites, observou-se que há muitas experiências satisfatórias, sendo que foi proposto que estas participassem da elaboração dos orçamentos das Unidades.

Devido às resistências por parte de alguns funcionários das Unidades em aceitar a participação da população, foi levantada a necessidade de uma maior discussão no sentido de esclarecer a importância deste tema, assim como um atendimento mais humanizado. Coerente com estes pressupostos, foi levantada a necessidade de se reforçar o apoio ao projeto de Lei do Executivo Municipal, que amplia o acesso às chefias das Unidades de Saúde aos diversos profissionais universitários com formação em Saúde Pública e/ou administração hospitalar.

Sugeriu-se que a administração encaminhe à Câmara Municipal, uma proposição que regulamente as Comissões Gestoras Tripartites e o Conselho Municipal de Saúde.



Para subsidiar o processo de discussão do setor saúde salientou-se a necessidade de que a Secretaria Municipal da Saúde dispusesse de instrumentos ágeis de divulgação e informação.

Em relação à Municipalização dos serviços de saúde, recomendou-se que esta não poderia ser feita sem um amplo processo de discussão.

As verbas do setor público devem ser destinadas para a rede pública, rejeitando-se política de privilegiamento do setor privado com o sucateamento da rede pública.

Em relação ao setor hospitalar reforçou-se a necessidade da Municipalização imediata, assegurando-se retaguarda para os pacientes deficientes e crônicos. Nesta área ressaltou-se a experiência de hospital aberto com o direito de acesso aos acompanhantes, que deveria ser estendida às Unidades Hospitalares Municipais, Estaduais e Conveniadas.

Finalizando, foi proposto que no ato de assinatura do Convênio de Municipalização, fosse assegurada a presença e participação da população.

## **2. GERENCIAMENTO:**

Para viabilizar um gerenciamento coerente com os pressupostos do SUS, ressaltou-se a importância da participação popular em todos os níveis do sistema de acesso às informações de forma transparente.

Em relação ao Município de São Paulo, sugeriu-se a extinção dos 8 SUDS-R, localizados na cidade, sendo que suas atividades seriam assumidas pelas Administrações Regionais de Saúde (ARS) e pelos Distritos de Saúde (DS). As ações de Vigilância Sanitária (VS) e Vigilância Epidemiológica (VE) deveriam ser municipalizadas, sendo que no processo de normatização destas atividades, deveria ser assegurada a participação da Secretaria Municipal da Saúde junto ao Centro de Vigilância Sanitária (CVS) e Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE). As Unidades de Avaliação e Controle (UAC's) devem ser repassadas para o Município, assegurando-se o controle do setor privado conveniado.

Para o acompanhamento do processo de Municipalização, em substituição aos 8 SUDS-R, sugeriu-se a criação de uma equipe técnica no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde (SES).

Os Distritos de Saúde devem ser as Unidades Básicas de gerenciamento do SUS, assegurando-se que sejam transformados em Unidades orçamentárias. As Unidades de Saúde devem possuir recursos próprios para as pequenas despesas.

Em relação ao perfil dos gerentes de sistema, deliberou-se que estes deveriam ter compromisso exclusivo com a instituição pública e que no processo de indicação dos mesmos, houvesse consultas às comissões gestoras.

Propôs-se também a implantação de outros centros de Referência de Saúde do Trabalhador, assegurando-se a participação do movimento sindical no seu gerenciamento.

## **3. FINANCIAMENTO:**

A base de cálculo para o custeio dos serviços públicos de saúde no Município de São Paulo deve estar embasada nos princípios aprovados na 8ª Conferência Nacional de Saúde.

No que diz respeito à Municipalização, deliberou-se que deveria ser criada uma Comissão composta de técnicos da SES e da SMS, representantes de movimentos populares e de trabalhadores da saúde, com o objetivo de estabelecer os parâmetros de operacionalização dos recursos financeiros, recursos humanos e gerenciamento.

Neste sentido, o documento da SMS, acerca da Municipalização seria à base de negociação.

Para assegurar uma ampla participação nesta discussão, sugeriu-se um processo de mobilização para pressionar por mais recursos para a área da saúde. Uma vez estabelecida uma proposta consensual para a Municipalização, seria programada uma ida conjunta à Brasília dos 2 (dois) Secretários e representantes do movimento popular e sindical.

Sugeriu-se a realização de um recenseamento da rede física, no que diz respeito a instalações e equipamentos.

Para viabilizar recursos adequados, enfatizou-se a necessidade de que não houvesse vetos ao Projeto de Lei de diretrizes orçamentárias da União, que garante repasse direto de verbas ao nível Federal para os Municípios, e um mínimo de 30% da seguridade social para a saúde.

Em relação à Reforma Tributária, reforçou-se a necessidade premente de efetivação, para assegurar mais recursos para os Municípios.

#### 4 - RECURSOS HUMANOS:



A importância de uma maior atenção à área de recursos humanos foi enfatizada no sentido de considerar essa categoria tão especial, não como historicamente tem sido entendida, como mero objeto de "insumo" da rede pública, mas como sujeitos capazes de alterar, transformar a ordem vigente. Nesse sentido todas as ações relacionadas à questão de RH, tais como: administração de pessoal, desenvolvimento, recrutamento e seleção, estão intrinsecamente interligadas, não cabendo uma atuação vertical e fragmentada.

A partir desses pressupostos, a valorização, a humanização e a profissionalização constituem os princípios básicos desta área.

Para viabilização do SUS ressaltou-se a necessidade da definição da carreira única para os trabalhadores da saúde, a nível Federal, Estadual e Municipal, que contemple a unificação de salários proporcionais à jornada de trabalho, evoluções funcionais, qualificação e formação. A evolução funcional deve contemplar tempo de serviço, qualificação e formação permanente.

Ressaltou-se a garantia já prevista na Constituição Federal, do concurso público como único critério de entrada de trabalhadores na rede.

No tocante ao gerenciamento das Unidades, definiu-se que os cargos devem ser previstos na carreira, reduzindo-se ao mínimo cargos de livre provimento, com avaliação a nível local.

No que se refere a salários ficou determinado que as instâncias Federal, Estadual e Municipal devem assegurar recursos para o pagamento da complementação de salários sempre que houver diferença entre os mesmos.

Deve-se tomar como referência o piso salarial indicado pelo Disese: um salário mínimo para níveis básico e operacional. Dois salários mínimos para o nível médio e três para o nível universitário; e quanto à recomposição de salários não se deve levar em conta apenas a disponibilidade financeira.

Para efetivação da Municipalização, o Estado deve imediatamente assegurar isonomia salarial.

Os equipamentos de pessoal dos níveis administrativos e técnicos da S.E.S. e Ministério, devem ser municipalizados, ficando a administração de pessoal municipalizado, sob os cuidados da administração municipal.

Os trabalhadores da saúde, a nível Federal, Estadual, Municipal e população organizada devem, nos locais de trabalho, discutir e tirar propostas sobre a municipalização. Para tal, é necessário que num prazo de 30 dias, tenham acesso a todos os documentos referentes a Municipalização e SUS. Todo esse processo de discussão deve culminar num seminário, na última semana de setembro, para avaliação e tirada de proposta única.

No que diz respeito a financiamento, definiu-se que os recursos referentes a isonomia, formação, reposição, substituição, ampliação de funcionários, cargos, funções, pró-labores, PGI, correspondentes às Unidades Municipalizadas, devem ser repassados para assegurar o pleno funcionamento de todos os serviços.

No tocante aos direitos dos trabalhadores da saúde foi levantada a necessidade de garantir os direitos já contemplados por Lei, como insalubridade, adicional noturno. Referente à jornada de trabalho foi indicada proposta de carga horária máxima de 30 horas semanais.

As pessoas portadoras de deficiências devem ter assegurado o direito de trabalho.

Levantou-se a necessidade de readaptação funcional aos trabalhadores em saúde que sejam alcoólatras ou portadores de sofrimentos psíquicos.

Os trabalhadores dos serviços municipalizados devem ter acesso às creches municipais, para possibilitar maior liberdade sindical. A incorporação dos D.A. deve ser extinta.

Foi levantada a necessidade de realização de estudos imediatos para descentralização do Hospital do Servidor Público Municipal e DEMED.

Foi proposta a transferência da administração dos trabalhadores da Saúde e das áreas de saúde do trabalhador e segurança do trabalho da S.M.A. para S.M.S.

Para possibilitar o aprofundamento de questões da área de R.H., levantou-se a necessidade de realização, num curto espaço de tempo, da 1ª Conferência Municipal de Recursos Humanos.

Foi enfatizada a necessidade de ampla participação na Plenária Estadual de Saúde para organizar a Conferência Estadual, a ser realizada, antes do 2º turno das eleições, sendo que a mesma deve ser marcada como movimento de luta para conseguir maiores recursos na saúde.

A IX Conferência Nacional deve também ser um grande movimento de luta, caravanas e manifestações.

Seguem abaixo as moções aprovadas na I Conferência Municipal de Saúde de São Paulo, realizada nos dias 24, 25 e 26 de agosto de 1990, com 1.113 participantes.

### MOÇÕES APROVADAS



Seguem abaixo as moções aprovadas na I Conferência Municipal de Saúde de São Paulo, realizada nos dias 24, 25 e 26 de agosto de 1990, com 1.113 participantes.

- Moção encaminhada à Prefeita Luiza Erundina de Sousa e ao Secretário Municipal da Administração, Sr. Fermino Fecho Filho, solicita que a Prefeitura do Município de São Paulo determine um prazo máximo para que o DEMED delibere sobre a aposentadoria de servidores acometidos de doenças profissionais e outras, para que não ocorra demora de três anos ou mais, como se verifica hoje.
- Moção encaminhada à Câmara dos Deputados - Brasília DF - manifesta o apoio irrestrito ao Projeto de Lei Federal do Deputado Paulo Delgado e exige a sua imediata aprovação, que dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta a internação psiquiátrica compulsória, já aprovada na Comissão de Saúde da Câmara Federal, prestes a ser enviada ao Senado. E que repudiamos todas as tentativas de grupos e setores conservadores da sociedade no sentido de impedir a aprovação da Lei que significa um avanço na conquista de cidadania do doente mental nas práticas institucionais no setor saúde, já conquistado na Lei Orgânica deste Município.

Moção encaminhada à Prefeita Luiza Erundina de Sousa manifesta-se no sentido de que a Prefeitura do Município de São Paulo agilmente se organize para a realização dos concursos necessários para regularização e efetivação da situação dos contratados de emergência e não aceite a possibilidade de demissão destes servidores ao final do prazo de contratação, devendo unicamente a administração arcar com as consequências de não ter realizado os concursos dentro dos prazos prescritos por Lei.

- Moção encaminhada ao Ministro da Saúde, Dr. Alceni Angelo Guerra, frente a greve nacional marcada para a partir de 5 de setembro próximo pelos trabalhadores de saúde e previdência social, dada a intransigência do Governo Federal, manifesta seu apoio às justas reivindicações do movimento (imediate reintegração dos demitidos e colocados em disponibilidade, não ao aumento da jornada de trabalho, reajuste salarial, etc.), bem como vem a público exigir do Governo Federal o atendimento às reivindicações.
- Moção encaminhada ao Presidente do Conselho Regional de Medicina, Dr. Roberto Godoy, posiciona-se contrária ao exame de ordem proposto pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, pois este exame representa um retrocesso para o ensino e a prática médica e significa transferir para o ensino médico e para esta entidade - CRM, todo o poder de definição do perfil profissional médico, sem a participação de outras entidades.
- Moção encaminhada ao Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy, e senhores Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo, considerando a necessidade de garantir a efetivação no Município de São Paulo, dos princípios e diretrizes consagrados no Capítulo da Saúde e na Lei Orgânica do Município de São Paulo. Considerando a necessidade de criarem-se cargos para que a Secretaria Municipal da Saúde possa convocar os aprovados remanescentes e abrir novos concursos para a adequada lotação dos equipamentos de saúde. Apela à Câmara Municipal de São Paulo para que aprove, em regime de urgência, o Projeto de Lei de autoria do executivo que cria os Distritos Sanitários e os correspondentes cargos para os Hospitais do Jardim Iva, Jardim Sarah, Vila Nhocuné e Vila Maria.
- Moção encaminhada ao Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy, e aos senhores Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo, solicita dos senhores Vereadores de São Paulo a aprovação do PL nº 270/89, que altera a forma de provimento dos cargos de chefe de Seção Técnica dos Postos de Assistência Médica - PAM da Secretaria Municipal da Saúde e que se encontra em tramitação na Câmara Municipal de São Paulo.
- Moção encaminhada ao Ministro da Saúde, Dr. Alceni Angelo Guerra, ao Ministro do Trabalho e Previdência Social, Sr. Antonio Rogério Magri e ao

Presidente da República Federativa do Brasil, Sr. Fernando Collor de Melo, manifesta seu firme repúdio às atitudes do Ministro Alcení Guerra, do Ministro Rogério Magri e do Presidente Fernando Collor de Melo, em demitir e colocar em disponibilidade funcionários públicos, em particular da área da saúde e previdência social (INAMPS, SUCAM, INPS, IAPAS) e vem a público exigir que sejam imediatamente reintegrados esses funcionários para a melhoria de atendimento à população.

- Moção encaminhada ao Secretário do Estado de Saúde, Dr. José Aristodemo Pinotti, manifesta-se pelo arquivamento imediato do processo administrativo e criminal da Secretaria de Estado da Saúde contra médicos sanitários que foram acusados de agressão moral à diretoria do SUDS-R 3 e depredação do edifício público.
- Moção encaminhada à Prefeita Luiza Erundina de Sousa, manifesta-se pelo imediato arquivamento de processos de demissão a que estão submetidos dirigentes sindicais do Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo, pelas faltas cometidas em função do exercício do seu trabalho sindical.
- Moção encaminhada ao Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy, e aos senhores Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo, manifesta-se pela imediata aprovação pela Câmara Municipal, dos Projetos 55 e 56/90, que criam as carreiras de ACD (Atendente de Consultório Dentário) e THD (Técnico de Higiene Dental), que não vêm sendo votados, lesando assim os interesses destes trabalhadores que lutam pela legalização da sua situação funcional.

Moção encaminhada à Prefeita Luiza Erundina de Sousa, solicita da Sra. Prefeita do Município de São Paulo que:

1. Agilize o pagamento da gratificação para funcionários que trabalham em Unidades de Saúde Municipais de difícil acesso, com base na Lei Orgânica Municipal e na Lei do Fundo Municipal de Saúde.
  2. Viabilize a urgente descentralização da competência para a realização dos concursos públicos sob a responsabilidade da Secretaria Municipal da Saúde, com vistas ao ingresso e/ou efetivação de pessoal necessário à manutenção dos serviços de saúde, considerando a existência de 5.500 funcionários contratados de emergência, cujos contratos se encerram até janeiro de 1991.
- Moção encaminhada à Prefeita do Município de São Paulo, Luiza Erundina de Sousa, ao Secretário do Estado de Saúde, Dr. José Aristodemo Pinotti, ao Secretário Municipal da Saúde, Dr. Carlos Alberto Pletz Neder e ao Ministro da Saúde, Dr. Alcení Angelo Guerra, defende que o processo de municipalização da cidade de São Paulo se dê com base na estratégia proposta pela Secretaria Municipal da Saúde, contida no documento em anexo datado de 22.08.90, com vistas à implantação do Sistema Único de Saúde e entendimentos prévios que deverão ser mantidos entre a Secretaria de Estado da Saúde, o Ministério da Saúde e a Secretaria Municipal da Saúde, com a participação de representantes dos trabalhadores da Saúde e organizações populares.

- Moção encaminhada ao Ministro da Saúde, Dr. Alceni Angelo Guerra, solicita a aprovação do dispositivo da Lei Orgânica da Saúde PL 3110, que possibilita repasse obrigatório de 30% da Seguridade Social para o setor saúde conforme emenda encaminhada pelo Deputado Federal Eduardo Jorge à Câmara Federal.
- Moção encaminhada ao Secretário do Estado da Saúde, Dr. José Aristodemo Pinotti, manifesta-se pela intervenção da Secretaria de Estado da Saúde no Hospital Sorocabano (Lapa) para garantir o atendimento hospitalar à população da região oeste que não conta com leitos públicos suficientes.
- Moção encaminhada ao Diretor da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, ao Secretário do Estado de Saúde, Dr. José Aristodemo Pinotti, e ao Secretário Municipal da Saúde, Dr. Carlos Alberto Pletz Neder, solicita a reabertura total e definitiva do Hospital São Luiz Gonzaga, patrimônio da Santa Casa de São Paulo, como Hospital Público gratuito e integrado ao Sistema Municipal de Saúde.
- Moção encaminhada ao Presidente da República Federativa do Brasil, Sr. Fernando Collor de Melo, defende que o repasse de verba do nível Federal se dê de forma direta para o Município de São Paulo, conforme o previsto na Lei Orgânica da Saúde, que se encontra para apreciação do Presidente Collor.
- Moção encaminhada ao Presidente da República Federativa do Brasil, Sr. Fernando Collor de Melo, solicita a aprovação urgente e sem vetos do Projeto da Lei Orgânica da Saúde - PL 3110, que se encontra para apreciação do Presidente da República. Entendemos que a Lei Orgânica é uma conquista expressiva para concretização do Sistema Único de Saúde.

Recomendação encaminhada ao Secretário Municipal da Saúde, Dr. Carlos Alberto Pletz Neder, ao Secretário do Estado de Saúde, Dr. José Aristodemo Pinotti, à Plenária Estadual de Saúde, Plenária Municipal de Saúde e ao Conselho Municipal de Saúde, recomendando que nas Plenárias Estaduais, nas Plenárias Municipais, nas Entidades Sindicais, nos Movimentos Populares, nos Espaços de Gerenciamento dos serviços de saúde, enfim em todas as instâncias de discussão sobre saúde, sejam complementados os aspectos específicos da questão racial negra ou seja, discutindo, aprofundando as formas de apreensão desta realidade e efetivando práticas anti-discriminatórias.



# Participantes da I Conferência Municipal de Saúde

## ASSOCIAÇÃO DOS DOENTES E DEFICIENTES

ASDM - Associação dos Servidores Diabéticos Municipais

União Nacional dos Surdos-Mudos do Brasil

FCD - Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes

Clube de Apoio ao Deficiente Visual

Conselho Municipal da Pessoa Deficiente

Associação dos Diabéticos Municipais

Clube de Apoio ao Deficiente de Renas Crônicas

## MOVIMENTOS POPULARES - ZONA LESTE

Conselho de Saúde Jardim Iva

Comunidade de Saúde Conj. Prestes Maia

Movimento de Saúde Zona Leste

Conselho de Saúde Pedro Nunes

Movimento de Saúde Guaianazes

Associação de Mulheres Parque Paulistano

Conselho de Gestão do PAM Ataulpa

Movimento de Saúde Zona Leste - Itaquera II

Movimento de Saúde Zona Leste - Conjunto José Bonifácio

Conselho de Saúde Parque São Rafael (São Mateus)

Conselho de Saúde Jardim Romano

Conselho de Saúde Cidade Keruel (Itam Paulista)

Conselho de Saúde do PAM Jacui

Comissão Gestora PAM Jacui

Conselho de Saúde do CS I São Miguel

Conselho de Saúde Jardim das Camélias

Comissão de Gestão Distrito São Miguel

Conselho do CS I de São Miguel Paulista

Movimento de Saúde de Ermelino Matarazzo

Conselho de Saúde IV Centenário  
Movimento de Saúde da Região Penha e Tatuapé  
Conselho de Saúde Jardim Heilam  
Movimento de Saúde Cidade Tiradentes  
Conselho de Saúde Cidade Patnarca  
Comissão de Saúde Mental - Mov. de Saúde da Zona Leste  
Movimento Comunitário Abolição  
Conselho de Saúde de Vila Progresso  
Grupo de Mulheres Pedro Nunes  
Conselho de Saúde Jardim Roseli  
Conselho de Saúde Jardim Augusta  
Conselho de Saúde Jardim Camargo Novo  
Conselho de Saúde Prestes Maia  
Movimento Popular de Ermeino Matarazzo  
Conselho de Saúde Jardim Nordeste  
Conselho de Saúde Cohab II  
Conselho de Saúde São Miguel  
Comissão de Saúde V. Nova York (Jd. das Rosas)  
Conselho de Saúde Vila Antonieta  
Conselho de Saúde Curuçá Nova  
Conselho de Saúde Curuçá Velha  
Conselho de Saúde Vila Granada  
Conselho de Saúde Artur Alvim  
Comissão de Saúde Vila Rica  
Comissão de Saúde Itam  
Comissão de Saúde Conjunto Juscelino  
Comissão de Saúde Parque Santa Rita

## MOVIMENTOS POPULARES - ZONA NORTE

Movimento de Saúde Zona Norte  
Movimento de Saúde da Brasília (Clube de Mães Jardim Damasceno)  
Movimento de Vila Souza  
Movimento de Saúde Brasília  
Movimento de Saúde Freguesia do Ó  
Sociedade Amigos de Bairro de Vila Iório

Conselho Comunitário (Cachoeirinha)

Associação de Moradores do Parque Edu Chaves

Sociedade Amigos de Bairros da V. Albertina e Tremembé

Conselho de Saúde Jardim Brasil

Associação de Moradores de Jova Rural

Movimento em Defesa do Serviço Público de Saúde

Movimento em Defesa dos Servidores Públicos de Saúde V. Maria

Sociedade Amigos e Moradores do Jardim Japão

Associação de Moradores Jardim Guançã

Comissão Gestora da Vila Maria

Movimento em Defesa do Hosp. V. Maria - Bairro Pque. Novo Mundo

Conselho de Associação Sociedade Micro-Região do Lauzane

Sociedade Amigos de Vila Aurora

Sociedade Amigos do Jardim Mirtília

Sociedade Amigos de Vila Amélia

PVC (Vila Amália)

Conselho Comunitário de Saúde Jardim Pen

Sociedade Amigos do Mandaquá

Grêmio M. Francisco Marcondes de Oliveira - Jardim Brasil

Comissão de Saúde de Vila Constança

## MOVIMENTOS POPULARES - REGIÃO SUDESTE

Movimento de Saúde do Parque Bristol

Movimento Moradia e Saúde Água Funda

Movimento de Saúde Jardim Mirim (V. Fachina)

Conselho de Saúde do Jardim Independência

Conselho de Saúde UBS Jardim Eiba

Movimento Popular Sapopemba

Conselho de Saúde Santa Madalena - Sapopemba

Movimento de Saúde Jabaquara

Conselho de Saúde CS Jardim Gramaldi (Sapopemba)

Conselho de Saúde Vila Arapuá

Conselho de Saúde Vila Industrial

Comissão de Saúde do Conjunto Mascarenhas de Moraes

Conselho Gestor de Saúde - Movimento de Saúde Vila Moraes

Conselho de Saúde Vila Califórnia  
Sociedade Amigos de Bairro de Vila Alona  
Sociedade Amigos de Bairro do Jardim Independência - V. Prudente  
APA - Associação Popular de Amencanópolis  
Comissão de Saúde do Moirho Velho (Ipiranga)  
Movimento de Saúde do PAM Santa Catarina  
Comissão de Gestão Parque São Lucas  
Movimento de Saúde da Região Sudeste  
Comissão de Gestão Pque. São Lucas  
Comissão de Gestão Jardim Independência  
Comissão de Saúde de Sapopemba  
Movimento de Moradia e Movimento de Saúde Jardim São Severo  
Conselho de Saúde Jardim São Severo

## MOVIMENTOS POPULARES - REGIÃO OESTE (Butantã/Pirituba)

Alcoólicos Anônimos - A.A.  
Conselho de Saúde do Jardim Maggi  
Conselho de Gestão Tripartite (Pirituba)  
Conselho de Saúde (Pirituba)  
Budismo (Cohab-Taipas)  
Comissão de Saúde Panamericano  
Associação de Moradores do Jardim Cidade Pintuba  
Conselho de Saúde U. V. Taipas  
Conselho Tripartite do PAM Eliseo  
Creche Lar Jumbinho  
Sindicato dos Plásticos (CUT Oeste)  
Conselho de Saúde Jaguará  
Conselho de Saúde PAM Pintubinha  
Conselho de Gestão Tripartite (PAM V. Jaguará)  
Sindicato dos Químicos (CUT Oeste)  
Pastoral da Saúde  
Conselho de Saúde Vila Dalva  
Sociedade Amigos de Bairros V. Antônio e Parque Rio Pequeno  
Conselho Municipal Saúde Zona Oeste (Rio Pequeno)

Sociedade Vias Unidas do Rio Pequeno - Hosp. Jardim Sarah  
Comissão Tripartite PAM/PA Jardim São Jorge  
Sintuso - Sindicato dos Trabalhadores da USP  
Movimento de Saúde - USP  
Conselho de Saúde PAM Pirtuba  
Conselho de Saúde Vila Sônia  
Comissão Gestão PAM/PA São Jorge  
Movimento do Jaguaré  
Sociedade Amigos Vista Verde (Pirtuba)

## MOVIMENTOS POPULARES - ZONA SUL (Campo Limpo e M'Boi Mirim)

Comissão de Saúde de Campo Limpo  
Associação Terceira Idade Renascer  
Comissão de Saúde Jardim São Luiz  
Forum dos Movimentos Populares de Campo Limpo  
Sociedade Amigos de Bairro do Jardim Macedônia  
União de Moradores Jardim Antonista  
Pastoris da Saúde de Campo Limpo  
Movimento de Saúde da Mulher  
Centro de Cultura Negra  
Povo em Ação (Movimento de Moradia)  
Sociedade Amigos de Bairro Jardim Planalto  
Associação Pró-Moradia Zona Sul  
Associação de Moradores da Estância Tangara  
Associação dos Moradores do S. Bento I  
Sociedade Clube de Mães Jardim Samara  
Pastoral da Criança  
Modelar (EMEI) Jardim Ipê  
Entidade União e Progresso - Parque Aranca  
Sociedade Comunitária do Jardim Waikuria  
Grupo de Saúde Alternativa da Mulher  
Sindicato dos Plásticos

## MOVIMENTOS POPULARES - ZONA SUL (Interlagos, Pedreira, SOF)

Movimento de Saúde Interlagos

Movimento de Saúde Pedreira-Cupeçã

SOF Sul

Movimento de Saúde Raposo

Movimento de Saúde Pedreira/Cupeçã (ARS-9)

Movimento de Saúde da Mulher - Jardim Lúcia

## MOVIMENTOS POPULARES - OUTROS

Sociedade Amigos da Barra Funda

GELEDES - Instituto da Mulher Negra

## MOVIMENTOS SINDICAIS - CUT/CGT

Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Bebidas

Sindicato dos Trabalhadores Aeroespaciais no Estado de São Paulo

Oposição Sindical Metalúrgica

CUT - Central Única dos Trabalhadores

Sindicato dos Condutores de Veículos

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Plásticas

Sindicato dos Estabelecimentos de Saúde - CGT

CUT Estadual

## SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES DE CLASSES DA ÁREA DA SAÚDE

Sindicato dos Servidores Municipais

Sindicato dos Previdenciários

Sinseúde - Sindicato dos Trabalhadores de Saúde

Sinhospo - Sindicato dos Hospitais do Estado de São Paulo

Sinamge - Sindicato Nacional das Empresas de Medicina de Grupo

Abramge - Associação Brasileira de Medicina de Grupo

Sindicato dos Enfermeiros do Estado de São Paulo

Conselho Regional de Enfermagem

Associação Brasileira de Enfermagem

ADUSP - Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo

Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de São Paulo

Conselho Regional de Biologia

Conselho Regional de Psicologia

Associação Odontológica da P.M.S.P.

Associação dos Educadores de Saúde Pública

Associação Brasileira de Odontologia de Equipe

Conselho Regional de Farmácia

ABEN - Associação Brasileira de Enfermagem

Sindicato dos Médicos do Estado de São Paulo

## INSTITUIÇÕES

SUDS - R 1

SUDS - R 2

SUDS - R 3

SUDS - R 4

SUDS - R 5

SUDS - R 6

SUDS - R 8 Baruen

SUDS - R 62 Votuporanga

INAMPS

SES - Gabinete

VISA

ARS. 1

ARS. 2

ARS. 3

ARS. 4

ARS. 5

ARS. 6

ARS. 7

ARS. 8

ARS. 9

ARS. 10

HSPM

Conselho Municipal de Saúde

SMS - Gabinete

CECOM - Divisão Técnica de Fiscalização, Comunicação e Informação

CEPI - Centro de Epidemiologia, Pesquisa e Informação

CEFOR - Centro de Formação

COAS - Centro para Organização de Atenção à Saúde

Centro de Controle de Zoonoses

CRH - Centro de Recursos Humanos

Secretaria de Educação

Secretaria Municipal de Abastecimento

Hospital das Clínicas

Secretaria Municipal de Laranjeira Paulista

Secretaria Municipal de Saúde de São Joaquim da Barra

Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande - MS

Hospital Oswaldo Cruz

## ENTIDADES GERAIS

SOF - Serviço de Orientação à Família

Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa

AISPO - Salvador

CECES - Centro Curitibaense de Estudos de Saúde

ABOE - Associação Brasileira de Odontologia de Equipe

## PARTIDOS POLÍTICOS

Partido Comunista Brasileiro - PCB

Partido dos Trabalhadores - PT

Partido Democrático Trabalhista - PDT

## OUTROS

Estagiários da Secretaria Municipal de Saúde

Estudantes Pós-Graduação UNICAMP

EERS - USP - Ribeirão Preto

